

HABEAS CORPUS PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) MINISTRO(A) PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Impetrante: _____

Advogado(a): _____

OAB nº: _____

Endereço profissional: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Paciente: _____

Nacionalidade: _____

Estado civil: _____

Profissão: _____

Documento de Identidade (RG): _____

CPF: _____

Data de nascimento: _____

Endereço: _____

Nº do processo no Tribunal de origem: _____

Órgão julgador: _____

Número da decisão impugnada: _____

I – DOS FATOS

O paciente foi preso em flagrante/decisão judicial de _____, conforme consta nos autos do processo nº _____, que tramita perante o _____.

A prisão foi decretada/mantida sem observância dos requisitos legais previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, configurando constrangimento ilegal.

O paciente encontra-se recolhido na _____ desde __/__/____, sem que haja fundamentação concreta para a manutenção da prisão preventiva.

A decisão que decretou a prisão carece de elementos que demonstrem a necessidade da custódia cautelar, inexistindo risco concreto à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

II – DO DIREITO

O artigo 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal assegura a concessão do habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação ilegal em sua liberdade de locomoção.

O Código de Processo Penal, em seu artigo 647, dispõe sobre a competência do Superior Tribunal

de Justiça para processar e julgar habeas corpus contra ato de autoridade judiciária estadual. A prisão preventiva deve ser decretada com fundamentação concreta e individualizada, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. A ausência de fundamentação idônea configura nulidade absoluta, ensejando a concessão da ordem para revogação da prisão.

III – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência:

1. A concessão liminar da ordem de habeas corpus para que seja imediatamente revogada a prisão do paciente, com sua conseqüente liberdade;
2. No mérito, a confirmação da liminar, garantindo-se a plena liberdade do paciente;
3. A notificação da autoridade coatora para prestar informações nos autos;
4. A intimação do Ministério Público para que se manifeste;
5. A juntada das cópias dos documentos indispensáveis à comprovação dos fatos alegados.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Local: _____

Assinatura do Advogado: _____

OAB nº: _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-br.com/hc-para-o-stj/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-br.com>

[Mais modelos](#)

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.